



MUNICÍPIO DE ARMAMAR
AQUISIÇÃO DE BENS

**BALDES DE 10 LITROS DE CAPACIDADE
PARA A SEPARAÇÃO DOS BIORRESÓDUOS**

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 65MUNAMM24

CONSULTA PRÉVIA
CONVITE

ÍNDICE

1. Identificação do procedimento	4
2. Entidade adjudicante	4
3. Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
4. Fundamento da escolha do procedimento	4
5. Modo e prazo de apresentação da proposta	4
6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento	5
7. Documentos e elementos que constituem a proposta	5
8. Apresentação de propostas variantes	6
9. Assinatura eletrónica	6
10. Negociação	7
11. Caução para garantir o cumprimento de obrigações	7
12. Critério de adjudicação.....	7
13. Critério de desempate.....	7
14. Análise da proposta.....	7
15. Notificação da decisão de adjudicação	7
16. Documentos de habilitação	8
17. Anulação da seleção	9
18. Causas da não seleção	9
19. Minuta do contrato.....	9
20. Reclamações contra a minuta.....	9
21. Celebração do contrato	10
22. Falsidade de documentos e declarações	10
23. Anulação do procedimento	10
24. Legislação aplicável	11

25. Lista de anexos.....	I I
ANEXO I	12
ANEXO II	14
ANEXO III	15

CONVITE

1. Identificação do procedimento

1. O presente procedimento segue a tramitação da Consulta Prévia, nos termos dos artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP»), sendo designado por **Aquisição de baldes de 10 litros de capacidade para a separação dos biorresíduos**.
2. O presente procedimento é composto por este Convite e pelo Caderno de Encargos.
3. Os serviços objeto do presente procedimento são classificados com o código 44613800-8 de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV).

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Armamar, pessoa coletiva pública n.º 506 843 190, sita na Praça da República 5110-127 Armamar, com o telefone n.º (+351) 254 850 800 e endereço eletrónico geral@cm-armamar.pt

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

Para os efeitos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar consta no despacho exarado na resolução n.º 2024-1287 de 28 de novembro de 2024 pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a), n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação.

4. Fundamento da escolha do procedimento

O presente convite é efetuado ao abrigo da consulta prévia, de acordo com o disposto na alínea c), n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

5. Modo e prazo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

A proposta deve ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/> até às 23h59m do sétimo dia, contar da data de envio do convite.

A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.

Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida anteriormente.

O prazo para apresentação da proposta é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência da Divisão Municipal de Gestão Urbanística e Ambiente, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

A resposta aos pedidos de esclarecimento e demais comunicações da entidade adjudicante sobre o presente convite serão enviadas, às entidades convidadas a apresentar proposta.

Os esclarecimentos serão prestados, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, pelo mesmo meio previsto no presente número.

7. Documentos e elementos que constituem a proposta

- I. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos e elementos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, e que constitui o Anexo I do presente convite;
 - b) Proposta, que deve conter o preço que a constitui, o prazo de entrega e a taxa de iva aplicável, que pode ser elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente convite;
 - c) Certidão permanente, e se aplicável procuração;

- d) Quaisquer outros documentos que o(s) concorrente(s) considere(m) relevantes, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, para melhor esclarecimento dos atributos da(s) proposta(s).
2. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados digitalmente pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, segundo a portaria em vigor.
 3. Os preços não incluem IVA e são indicados em euros e em algarismos, até duas casas decimais.
 4. A proposta mencionará expressamente que aos preços acresce IVA à taxa legal em vigor.
 5. Os concorrentes ficam obrigados a manter a sua proposta durante o período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega.
 6. Não é permitida a apresentação de proposta com alterações das cláusulas do caderno de encargos.
 7. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta são suportados integralmente pelo concorrente.

8. Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

9. Assinatura eletrónica

Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

10. Negociação

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º do CCP, não haverá lugar a negociação da proposta.

11. Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

12. Critério de adjudicação

Nos termos da alínea b), n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinada pela avaliação do preço mais baixo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

13. Critério de desempate

Para cumprimento do n.º 4 do art.º 74º do CCP, é definido o sorteio como critério de desempate.

14. Análise da proposta

É excluída a proposta que:

- a) Não seja recebida no prazo fixado;
- b) Que não apresenta algum dos atributos, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- c) Que apresenta atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos;
- d) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

15. Notificação da decisão de adjudicação

Até 5 (cinco) dias posteriores à respetiva decisão, o cocontratante é notificado através da plataforma, da análise efetuada à proposta.

16. Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao CCP, e que constitui o Anexo III do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) Certidão contributiva a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social (certidão contributiva) em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certidão tributária a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - d) Comprovativo do registo central de beneficiário efetivo, nos termos do n.º I do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
 - e) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva (empresa) e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º I do artigo 115.º do CCP.
3. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias úteis para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões

- invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias úteis para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.
5. Os documentos identificados no presente ponto devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <http://acingov.pt>.

17. Anulação da seleção

A adjudicação considera-se sem efeito, em relação ao cocontratante, quando, por ato que lhe seja imputável:

- a) Não outorgue o contrato;
- b) Não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado nos termos no ponto anterior.

18. Causas da não seleção

Não há lugar à adjudicação do cocontratante nos seguintes casos:

- a) Quando a proposta apresentada seja considerada inaceitável pelo Município de Armamar;

Caso se verifique a não adjudicação, o cocontratante é notificado da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.

19. Minuta do contrato

A minuta do contrato é enviada através de correio eletrónico.

A minuta considera-se aceite pelo cocontratante quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.

20. Reclamações contra a minuta

São admissíveis reclamações contraminuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda recusa dos ajustamentos propostos pelo órgão competente para contratar.

Em caso de reclamação o Município de Armamar comunica ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se, nos termos do n.º 2 do artigo 102.º do CCP, que a indefere se nada disser naquele prazo.

21. Celebração do contrato

O contrato deve ser celebrado, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento sobre a decisão da reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respetivo indeferimento tácito.

O contrato é apresentado por correio eletrónico, e é assinado com certificados de assinaturas eletrónicas qualificadas (Ex: Cartão de Cidadão, Digital Sign, etc.), as quais são credenciadas pelo Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER).

Se o Município de Armamar não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o cocontratante desvincular-se da proposta, de acordo com os termos do disposto no n.º 3 do artigo 105.º do CCP.

22. Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão do cocontratante em causa e dos atos subsequentes.

23. Anulação do procedimento

Nos termos do artigo 79.º do CCP, o Município de Armamar pode, em qualquer momento, anular a presente tramitação procedimental quando:

- a) Por circunstância imprevisível, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento, após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- b) Outras razões supervenientes e de manifesto interesse público o justifiquem.

No caso das alíneas a) e b) do número anterior, é obrigatória a abertura de uma nova tramitação procedimental, no prazo de 6 (seis) meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

O cocontratante que, entretanto, tenha apresentado proposta é notificado dos fundamentos da deliberação de anulação da tramitação procedimental e, ulteriormente, da abertura da nova tramitação procedimental.

24. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua atual redação;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.

25. Lista de anexos

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP.

Anexo II- Modelo de declaração a que se refere a alínea b) do n.º I do ponto 7 do convite.

Anexo III - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos

comprobativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º I e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere o n.º 2 do ponto 7 do convite]

..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal da..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos e condições previstos no Convite e Caderno de Encargos, obriga-se a prestar os serviços respeitantes que constituem o objeto do contrato, pelo preço de..... [preço].

IVA à taxa de

O prazo de fornecimento dos bens objeto do contrato é no máximo de... [indicar o número de dias, que deve respeitar o prazo referido na cláusula n.º 4 do Caderno de Encargos]

..... (local), (data), [assinatura].

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Convite aprovado em 28 de novembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal